

DA LUTA PELO SOLO URBANO À LUTA PELO DIREITO À CIDADE: A FORMAÇÃO DE HELIÓPOLIS E DA UNAS HELIÓPOLIS E REGIÃO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA (SESSÃO TEMÁTICA 10: TERRITÓRIOS, LUTAS SOCIAIS E PLANEJAMENTO EM CONTEXTO DE CONFLITO)

Sabrina Oliveira Santos

Universidade Federal do ABC e Observatório de Olho na Quebrada | sabrina.oliveira@aluno.ufabc.edu.br

Sessão Temática 10: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: Este artigo analisa a articulação histórica de dois processos: a formação e consolidação da favela de Heliópolis no contexto da evolução urbana de São Paulo, e o surgimento e atuação da UNAS Heliópolis e Região, que buscou unificar os movimentos sociais no território em um amplo processo de mobilização política pelo acesso à cidade. Estruturado em duas seções, o texto explora: a argumentação e o quadro teórico da pesquisa, destacando que a distribuição das pessoas pelas cidades – e o lugar reservado aos pobres – não ocorreu de forma aleatória; a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, com foco em como as classes pauperizadas e espoliadas desempenharam um papel fundamental na formação da cidade; e a consolidação de Heliópolis como bairro, abordando suas lutas e conexões políticas. Por meio de metodologias etnográficas, observação participante, análise documental e entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias, o estudo revela que a construção de arenas participativas e práticas sociais foi lenta, experimental e coletiva, envolvendo múltiplos atores e configurando-se como o principal catalisador das transformações locais.

Palavras-chave: Heliópolis; movimentos sociais urbanos; direito à cidade.

FROM THE STRUGGLE FOR URBAN LAND TO THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO THE CITY: THE FORMATION OF HELIÓPOLIS AND UNAS HELIÓPOLIS E REGIÃO IN HISTORICAL PERSPECTIVE

Abstract: *This article analyzes the historical articulation of two processes: the formation and consolidation of the Heliópolis favela within the context of São Paulo's urban evolution, and the emergence and actions of UNAS Heliópolis and Region, which sought to unify social movements in the territory through a broad political mobilization process for access to the city. Structured in two sections, the text explores: the argumentation and theoretical framework of the research, highlighting that the distribution of people across cities – and the place reserved for the poor – did not occur randomly; the trajectory of social movements in Brazil, focusing on how the impoverished and exploited classes played a crucial role in the formation of the city; and the consolidation of Heliópolis as a neighborhood, addressing its struggles and political connections. Through ethnographic methodologies, participant observation, documentary analysis, and semi-structured interviews with community leaders, the study reveals that the construction of participatory arenas and social practices was slow, experimental, and collective, involving multiple actors and acting as the main catalyst for local transformations.*

Keywords: *Heliópolis; urban social movements; right to the city.*

DE LA LUCHA POR EL SUELO URBANO A LA LUCHA POR EL DERECHO A LA CIUDAD: LA FORMACIÓN DE HELIÓPOLIS Y DE LA UNAS HELIÓPOLIS Y REGIÓN EN PERSPECTIVA HISTÓRICA

Resumen: *Este artículo analiza la articulación histórica de dos procesos: la formación y consolidación de la favela de Heliópolis en el contexto de la evolución urbana de São Paulo, y el surgimiento y actuación de la UNAS Heliópolis y Región, que buscó unificar los movimientos sociales en el territorio a través de un amplio proceso de movilización política por el acceso a la ciudad. Estructurado en dos secciones, el texto explora: la argumentación y el marco teórico de la investigación, destacando que la distribución de las personas por las ciudades – y el lugar reservado para los pobres – no ocurrió de manera aleatoria; la trayectoria de los movimientos sociales en Brasil, enfocándose en cómo las clases empobrecidas y explotadas desempeñaron un papel fundamental en la formación de la ciudad; y la consolidación de Heliópolis como barrio, abordando sus luchas y conexiones políticas. A través de metodologías etnográficas, observación participante, análisis documental y entrevistas semiestructuradas con líderes comunitarios, el estudio revela que la construcción de arenas participativas y prácticas sociales fue lenta, experimental y colectiva, involucrando múltiples actores y configurándose como el principal catalizador de las transformaciones locales.*

Palabras clave: *Heliópolis; movimientos sociales urbanos; derecho a la ciudad.*

INTRODUÇÃO¹

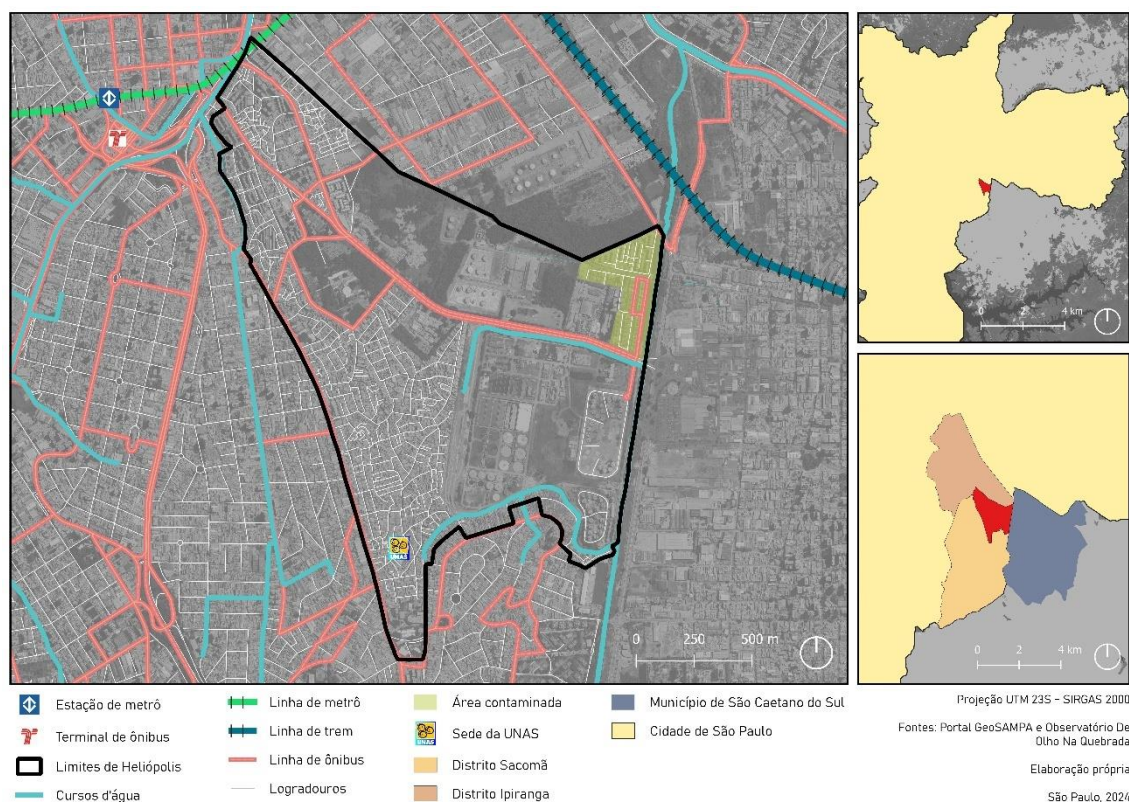
A cidade de São Paulo, ao longo do século XX, converteu-se de espaço de produção e valorização de bens e serviços para objeto da valorização de capital. Isto é, tornou-se, ela própria, uma mercadoria (Vainer, 2013). A constituição da capital paulista enquanto uma cidade-mercadoria é produto de uma lógica capitalista de produção social do espaço excludente (Maricato, 1979; Rolnik, 2022). O descompasso histórico entre, de um lado, os processos de crescimento industrial monstruoso (Marini, 2000) e de uma transição urbana acelerada – em apenas quatro décadas, a população brasileira, em um processo liderado por São Paulo, deixou de ser essencialmente rural para se tornar predominantemente urbana – e, de outro, a exclusão de parte significativa da população residente na cidade a formas de trabalho dignas e formais, além dos direitos sociais, condicionou um processo de segregação não só social como também espacial (Caldeira, 2011).

Este processo não é exclusivo de São Paulo, senão que caracteriza o conjunto das metrópoles brasileiras, ainda que em diferentes temporalidades (Ribeiro, 2022). Movidos e distribuídos espacialmente em razão de fatores de expulsão e de atração populacional, migrantes de diferentes origens dirigiram-se às metrópoles, atraídos pelo crescimento industrial e pela conquista efetiva e concreta de melhores condições de vida (Singer, 1995).

Com o esgotamento do processo de industrialização e a dissolução do nacional-desenvolvimentismo, a mobilidade espacial divorciou-se da mobilidade social (Brito, 1995), conduzindo significativa parcela da população a habitar em condições precárias, em áreas deterioradas ou em risco e nas franjas da periferia urbana (Bógus e Pasternak, 2015). Estas transformações e movimentos são expressão de um padrão de urbanização – e de segregação (Caldeira, 2011), no qual a ocupação de territórios passa a afastar-se cada vez mais das regiões centrais da cidade –, processo no qual o sistema de transporte público assentado no ônibus foi fundamental. A difusão e consolidação das linhas de ônibus foi realizada a partir de capital privado, muitas vezes pertencentes aos próprios especuladores imobiliários (Caldeira, 2011). A ausência de políticas públicas de mobilidade somou-se, assim, à de políticas públicas de habitação.

Segundo Caldeira (2011), “a urbanização da periferia foi deixada principalmente para a iniciativa privada, com pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais até a década de 70” (Caldeira, 2011, p. 220). Assim, ao longo das décadas de 1960 e 1970, no bojo do agravamento das desigualdades socioespaciais e da segregação, surge na cidade de São Paulo um conjunto de favelas, como a de Paraisópolis (1960), Jardim Jaqueline (1962), Alba (1975), entre outras. A favela de Heliópolis, localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo, entre os distritos de Sacomã e Ipiranga, surge neste período, especificamente no ano de 1971.

Mapa 1: A favela de Heliópolis e seus entornos



Fonte: a autora (2024).

A favela de Heliópolis (Mapa 1) foi rapidamente ocupada e adensada, apesar de estar situada em uma área ambientalmente sensível, com uma topografia acidentada e três cursos d'água – o Rio Tamanduateí, o Córrego Sacomã e o Ribeirão dos Meninos –, além de altas concentrações de substâncias tóxicas em seu solo (Stevanato, 2020). Entre as razões para esse crescimento, destacam-se sua localização privilegiada (a apenas oito quilômetros do Centro de São Paulo, cercada por serviços intermodais de transporte), sua pujante concentração industrial (principalmente na Vila Carioca e em São Caetano do Sul) e, sobretudo, o incentivo do poder público, em diferentes esferas, à ocupação (Sampaio, 1990).

O governo federal, proprietário do terreno desde 1966 por meio do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), deixou-o ocioso (Sampaio, 1990). Essa decisão possibilitou que grileiros ocupassem certas partes do território, subdividindo as terras ao seu bel-prazer, criando ruas, demarcando áreas e vendendo lotes que não lhes pertenciam (Sampaio, 1990). Todos que ali tentaram se estabelecer foram forçados a submeter-se aos seus domínios, pagando pelo pedaço de terra ou enfrentando a expulsão imediata por forças que, armadas, agiam sob seu comando (Sampaio, 1990). Para aqueles que permaneceram, os serviços de saneamento básico — como abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, drenagem e manejo de resíduos sólidos — eram inexistentes (Alves et al., 2022). João Miranda Neto, uma das principais lideranças comunitárias do território e um dos entrevistados para este artigo², destaca a brutalidade nas ações dos grileiros:

A primeira coisa que começamos a lutar aqui: por água e luz. Depois pela terra. Com pouco tempo, a gente começou a querer limpar o mato, juntar os moradores pra limpar o mato. Eu não sabia que existia grupo tomando conta do lugar, com documento falsificado de propriedade e usando a força pra tirar dinheiro das pessoas. Todos 'era obrigado' a pagar para morar. Falaram que tinha que pagar, e se não pagasse, eles tiravam as famílias e judiavam [...] Comecei a falar para os vizinhos não darem mais, né? [...] E aí os 'grilheiro' me ameaçaram de morte. Os moradores faziam minha segurança, ia me buscar lá na Estrada das Lágrimas, porque eu trabalhava no horário das quatro às duas e meia da manhã. Aí, quando eu chegava, já tinha um pessoal lá me esperando. Um com pedaço de pau, outro com alguma coisa, sabe? Só de organizar pra limpar o mato teve esse problema. E aí que eu fui preso mais de dez vezes, e muitas das vezes chegava lá na delegacia e era como se eu fosse igual a eles. Igual os 'grilheiro'. Como que eu tivesse numa disputa. Aí juntamos os moradores e partimos pra luta... (Miranda, 2023)³.

Paralelamente, a Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP) utilizou outras partes deste terreno vago para construir os chamados "alojamentos provisórios", que, apesar do nome, tornaram-se permanentes (Alves et al., 2022). Nessas estruturas feitas de lona e madeira reaproveitada de outras obras (Baltrusis e Taschner, 2007), foram assentadas 153 famílias vindas da favela da Vila Prudente e 60 famílias da favela do Vergueiro, removidas para a construção de vias expressas sobre o Rio Tamanduateí. Gradualmente, mais famílias chegaram e, com taipas e papelões, ergueram barracos nos arredores (Alves et al., 2022). Antonia Cleide, removida da Vila Prudente ainda criança, narra como se deu essa ocupação:

Tivemos que sair da Vila Prudente porque, na época, a prefeitura estava construindo ruas e avenidas. Então as famílias foram alojadas no terreno do local que já tinha o nome de Heliópolis. Eu tinha oito anos na época, mas lembro que eu sentia tanto sofrimento, sabe? Eu não gostava daqui. E não existia nada por perto, era só um matagal e um córrego. Como o terreno era em declínio, então nós tínhamos a parte de cima e a parte de baixo. Os barracos eram todos colados uns nos outros. A gente tinha um local pra todo mundo lavar roupa. Os banheiros também eram comunitários [...] Nós estamos falando de 1971, ainda era o período da ditadura. Então os pobres não tinham muita opção. Eu lembro que cadastraram a gente e falaram que a gente ia pra um alojamento. E depois do alojamento a gente ia ter a casa da gente [...] A gente foi colocado naquele local e ficou esperando a prefeitura vir buscar, pra ganhar uma casa. Olha a doideira, né? Nós ficamos esperando e o tempo foi passando. Nós estamos falando de mais de vinte anos! [...] E a favela começou, os outros locais começaram a se espalhar. (Cleide, 2024)⁴.



Fotografias 1 e 2: Alojamentos provisórios em Heliópolis. Ano desconhecido. **Fonte:** Acervo UNAS (2024).

Quando o poder público reconheceu que a ocupação do território já estava consolidada, iniciou uma série de remoções e reintegrações de posse contra os moradores. Esse cenário, comum em várias periferias da cidade (Bonduki, Rolnik, 1982; Maricato, 1979; Bonduki, 1998), foi agravado pelo contexto autoritário e excludente da ditadura civil-militar brasileira, período em que medidas de exceção foram adotadas contra partidos políticos, sindicatos, organizações estudantis e outros segmentos da sociedade civil (Magnani, 1992). O clima resultante era de violência e tensões constantes, marcado por disputas pelo direito à terra e à moradia digna. Como afirmou Sampaio (1990), "data daí o início da organização da população moradora [de Heliópolis], que, nessa ocasião, já começava a reivindicar os seus direitos" (*Idem*, p. 31).

No início dos anos 1980, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de setores progressistas da Igreja Católica alinhados à Teologia da Libertação (Doimo e Rodrigues, 2003), os habitantes de Heliópolis começaram a se organizar em núcleos, que se apoiavam mutuamente diante das ameaças de remoção, das abordagens policiais violentas e da escassez de equipamentos e serviços públicos no território e seus entornos (Alves et al., 2022). Quando um núcleo estava em perigo, todos os outros se mobilizavam para defendê-lo, demonstrando um forte espírito comunitário. Os moradores sabiam que, caso uma casa fosse derrubada, todas seriam, e por isso resistiram juntos (Alves et al., 2022). Nas palavras de Cleide,

[...] a luta das lideranças de cada núcleo foi para saber quem era, de fato, o dono da terra, porque havia muito grileiro, e focar a pressão junto à Prefeitura, que podia garantir pra gente o direito à terra e o direito de morar. Nossos moradores sempre 'lutou' pelo direito à terra com a regularização fundiária, sabe? A gente costumava falar: "se o João-de-Barro tem a sua casa, por que nós não podemos ter?" Esse trabalho tinha que ser coletivo, e as pessoas pensavam assim também. (Cleide, 2024).

Fotografia 3 (à esquerda): Reintegração de posse realizada por ações policiais em 1983.

Fotografia 4 (à direita): Matéria "Moradores garantem direito à moradia", publicada em 1994.



Fonte: Acervo UNAS (2024).



Paralelamente ao início da organização comunitária, Heliópolis passou a vivenciar uma nova realidade de violência, consolidando sua imagem nacional como um "campo de guerra". Esse

fenômeno foi impulsionado, sobretudo, pela chegada do narcotráfico à comunidade, que passou a cooptar crianças e jovens. De acordo com Solanje, ex-vice-presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, ex-conselheira tutelar e uma das principais defensoras dos direitos das crianças e adolescentes do território, esse fenômeno refletiu diretamente a vulnerabilidade social enfrentada pela população local.

Ao mesmo tempo em que rolava a ocupação, a gente viu crescer uma violência aqui muito grande, porque entraram as drogas aqui. Os meninos, adolescentes mesmo, eram açoitados e mortos. A gente tinha vários meninos mortos aqui. Três, quatro, cinco, toda noite. E a gente tinha aquelas caçambas, sabe? Por isso que quando falam em caçamba, “trazer uma caçamba para recolher entulho”, eu tenho um arrepio. Eu não consigo enxergar além da caçamba [...]. Os meninos chegavam, não conseguiam vaga nas escolas, aí se viciavam e não tinha dinheiro pra pagar, porque era uma pobreza muito grande. Era um período de muita violência. Tudo isso fez a gente perceber que o problema era maior, era estrutural. Que o problema era a renda que não tinha, era o desemprego, era a exclusão, a questão da falta de escolaridade [...] Naquele período foi feito um levantamento, e 40% era analfabeto. Quer dizer, quase metade de uma população que não sabe nem ler e escrever. E a gente começou a olhar para isso. A gente tomou consciência, olhou para tudo isso, e viu que a gente precisava de outras políticas. (Solanje, 2024)⁵

Na esteira da redemocratização, ao final desta década, as remoções de favelas diminuíram progressivamente (Brum, 2013), sendo substituídas por políticas de urbanização (Denaldi, 2000). Paralelamente, a criação de instituições participativas para a elaboração de políticas públicas — como orçamentos participativos, conselhos gestores e conferências — abriu novas possibilidades de mobilização e representação no desenho das políticas e na regulação da ação governamental (Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya, 2004; Avritzer, 2002; Dagnino, 2002). Nesse contexto, os moradores de favelas, organizados em movimentos sociais urbanos, sindicatos, associações de moradores, ONGs e outras entidades (Gohn, 1997), passaram a atuar como agentes políticos ativos (Teixeira e Tatagiba, 2005).

Logo, as lideranças comunitárias de cada núcleo de Heliópolis perceberam a necessidade de unificação sob uma única entidade, a fim de fortalecer as reivindicações junto ao poder público, especialmente nas áreas de habitação e regularização fundiária. Foi assim que, em janeiro de 1990, surgiu a União de Núcleos, Associações de Moradores de Heliópolis e Região (UNAS). Constituída como uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, a UNAS tem caráter cultural e social e adota uma gestão comunitária (UNAS, 2016).

Ao longo dos anos 1990, a luta da UNAS pelo direito à terra e à moradia transcendeu a busca apenas por uma habitação, e passou a incorporar, em todas as suas ações coletivas, a reivindicação de outras demandas urgentes do território. Entre elas, destacam-se o acesso a serviços de educação, saúde, transporte, assistência social, cultura, segurança alimentar e nutricional, assessoria jurídica, além da defesa, preservação e conservação do meio ambiente. Segundo Reginaldo José Gonçalves (2024), líder comunitário de Heliópolis e representante da cultura Hip-Hop na região, essas demandas estiveram intrinsecamente ligadas “à necessidade de repensar o modo como as cidades e o direito à moradia foram pensados, priorizando o acesso a

serviços e bens a uma população de alta renda, às custas da grande maioria dos moradores das favelas".

Uma coisa bem interessante que a gente sempre fala é que a gente pensa, quando fala em moradia, só em um teto pra se viver. E lá atrás as primeiras lideranças de Heliópolis já perceberam que um teto para se viver não era o suficiente, sabe? Você tem que ter um teto pra você poder chegar do trabalho e descansar, mas também tem que ter a saúde, a educação, a cultura e o lazer rodeando esse teto, porque senão não adianta de nada, certo? E aí a UNAS começou a trabalhar todas essas outras áreas. Então as lideranças começaram pela luta pelo direito à moradia, mas depois elas perceberam que a luta pelo direito à educação de qualidade era importante. A luta pelo direito à saúde era muito importante. A luta pelo direito ao acesso à cultura também era fundamental. E que a gente tinha que sair e chegar nos lugares. A nossa luta foi por fazer parte da cidade, como todo mundo faz. Então nós queríamos fazer parte da cidade de São Paulo também. (Reginaldo)⁶.

Ao longo dos anos, a UNAS consolidou parcerias com órgãos do setor público, empresas privadas e outras organizações da sociedade civil para fortalecer sua atuação. Através da implementação direta de projetos e da execução indireta de programas ou planos de ação (UNAS, 2021), a organização passou a lutar pelo acesso à cidade e à cidadania de maneira mais abrangente. Ao elaborar seu Estatuto, a instituição definiu como missão "contribuir para transformar Heliópolis e região em um Bairro Educador, promovendo a cidadania e o desenvolvimento integral da comunidade" (UNAS, 2021). Nesse contexto, Cleide recorda:

Eu comemoro o Dia de Heliópolis a partir da primeira luta dos moradores. O Dia da Luta. Por isso que a gente tem a Rua da Mina, onde é a sede da UNAS, porque era lá que a gente sentava com todo mundo, todas as lideranças, todas as comissões de moradores. E a gente discutia o que estava acontecendo em cada local. Nós conseguimos que todos os prefeitos viessem aqui e fizessem algum tipo de intervenção. É essa vontade que a gente sempre teve, de fazer o poder público estar presente, fazendo o papel dele. (Cleide)

Por meio de convênios, a UNAS, no momento da redação deste artigo, é responsável pela gestão de 17 Centros de Educação Infantil (CEIs) distribuídos por Heliópolis, além de 17 salas de aula do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA). Também gerencia 11 Centros para Crianças e Adolescentes (CCAs), uma unidade do Serviço de Assistência Social à Família (SASF), uma unidade do Centro Dia do Idoso (CDI), três unidades do Serviço de Medida Socioeducativa em Meio Aberto (MSE-MA), um Núcleo de Assistência Jurídica Gratuita, dois Telecentros, um Centro de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM), um Centro de Cidadania LGBTQIAP+ (CCLGBT), uma unidade do Serviço de Proteção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Abuso Sexual (SPVV) e um Núcleo de Proteção Social e Apoio Psicológico (NPI). Além desses serviços, a UNAS coordena atualmente 60 projetos, financiados por organizações e empresas que compartilham de seus valores.

Após a apresentação da trajetória de Heliópolis e da UNAS no contexto das contradições urbanas de São Paulo, destacam-se, a seguir, os principais aspectos formais, teóricos e metodológicos do presente artigo, cujo objetivo é responder à seguinte questão: *como a organização popular em Heliópolis, especialmente a partir da criação e consolidação da UNAS, se*

articulou com o debate sobre o direito à cidade pelos moradores da favela? A hipótese central é que a negação do direito à terra urbana e à moradia aos recém-chegados em Heliópolis impulsionou o surgimento de formas de organização social, culminando na criação da UNAS. Em contrapartida, a UNAS fomentou processos de conscientização e acumulação de experiências que viabilizaram a implementação de políticas públicas voltadas à garantia do direito à cidade para os moradores do território.

Adota-se, aqui, que a perspectiva de que **o direito à cidade é o direito à vida urbana, aos encontros e trocas, à festa, ao poder, à riqueza e ao pleno uso da cidade** (Lefebvre, 2001). Nesse contexto, considera-se que a expansão do tecido urbano, dos serviços e da infraestrutura para determinado território não garante, por si só, o direito dos indivíduos à cidade. Urbanizar é, também, ampliar o pertencimento e a participação, um processo que se constrói principalmente por meio da garantia de acesso a serviços, lazer, cultura, tomada de decisões, participação política e construção simbólica. Assim, trata-se de um processo de construção da cidadania.

1. DO ESPAÇO URBANO AO ESPAÇO POLÍTICO: TRAJETÓRIA E CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

Nesta seção, serão analisadas algumas das principais transformações urbanas ocorridas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) a partir dos anos 1950. Dado o amplo escopo temporal e a complexidade das mudanças verificadas, a análise se concentrará em destacar alguns processos centrais que marcaram esse período. O objetivo principal é estabelecer conexões entre as macroconjunturas políticas e as condições de vida das classes trabalhadoras, bem como examinar as lutas e reivindicações que emergiram em busca de direitos urbanos fundamentais, como o acesso à terra, à habitação e a bens de consumo coletivos, traçando paralelos com o estudo de caso.

As políticas públicas no Brasil, no período anterior a 1964, foram, em geral, marcadas por um modelo de *laissez-faire* urbano, no qual predominou a especulação imobiliária financeira em detrimento do planejamento, fiscalização e controle do uso do solo, resultando em uma metrópole estruturada prioritariamente para o lucro (Bonduki e Kowarick, 1994). Nesse contexto, diante da ocupação indiscriminada e, muitas vezes, clandestina dos territórios, o poder público abdicou de estabelecer diretrizes urbanísticas, adotando essa postura como estratégia para amenizar a crise habitacional. Essas omissões, somadas à explosão demográfica e à concentração econômica, deram origem às primeiras favelas, loteamentos irregulares e assentamentos urbanos (Taschner, 1997). Esses espaços, desprovidos de infraestrutura e serviços essenciais, tornaram-se refúgio para o intenso fluxo migratório interno proveniente do campo, cujas famílias ergueram suas moradias onde e como fosse possível (Kowarick, 1979).

O processo de autoconstrução, motivado pela busca pela casa própria e pela fuga de aluguéis caros e ordens de despejo, frequentemente ocorreu em áreas vulneráveis do ponto de vista geológico ou ambiental, como mangues, fundos de vale e margens de rios (Caldeira, 1997). Nesses locais, trabalhadores sem especialização ergueram suas moradias utilizando materiais baratos e técnicas rudimentares, com ferramentas simples e, em geral, sem planejamento ou ordem construtiva (Kowarick, 1979). Realizado, em grande parte, nos dias de folga, fins de semana ou por meio de mutirões comunitários, esse esforço configurava uma forma de sobretrabalho não remunerado, conforme analisado por Oliveira (1972). Segundo o autor, embora o bem produzido – a moradia – não fosse diretamente apropriado pelo setor produtivo, ele contribuía para a redução dos custos de reprodução da força de trabalho, especialmente os relacionados à habitação, possibilitando a manutenção de baixos salários. Nesse sentido, a autoconstrução, longe de ser um esforço digno de celebração, revelava as contradições do modelo de desenvolvimento brasileiro, marcado pela desigualdade e pela lógica da acumulação capitalista (Oliveira, 1972, p. 60).

Com a ascensão dos militares ao poder, o frágil pacto populista de classes que sustentava o regime democrático foi desmantelado (Bonduki e Kowarick, 1994). Nesse contexto, o poder público continuou priorizando um modelo de desenvolvimento voltado à acumulação de capital, beneficiando as classes médias e altas, enquanto negligenciava o *lôcus* de moradia dos trabalhadores, que permaneceu desprovida de infraestrutura básica (Bonduki e Kowarick, 1994; Trindade, 2014). Durante esse período, os governos militares também restringiram a produção de mapas, relatórios e documentos sobre esses territórios, adotando uma política de invisibilidade, que parecia pressupor que sua ausência nos registros levaria ao desaparecimento desses espaços "por obra e arte do acaso" (Abreu e Vaz, 1991, p. 481). Nesse contexto, as ocupações clandestinas (entendidas como aquelas que desrespeitam os padrões mínimos exigidos pela legislação urbana e pelo código de obras) eram consideradas fenômenos transitórios, uma realidade temporária destinada a desaparecer "naturalmente".

Entretanto, com a persistência e expansão das favelas no espaço urbano, consolidando-se como uma presença permanente na paisagem das cidades, surgiu uma reação marcada pelo descontentamento com a "visibilidade da pobreza", considerada uma ameaça ao ideal moderno de cidade (Silva, 2009). Nesse contexto, a ideia de remoção das favelas ganhou força de maneira sem precedentes. Paralelamente, a repressão às mobilizações populares se consolidou como uma política de Estado, sendo implementada por meio de estratégias voltadas à "despolitização" da sociedade e à supressão das demandas coletivas organizadas (Telles apud Colejo, 2016). Obras viárias, frequentemente acompanhadas de remoções rigorosas (Brum, 2018), passaram a ser priorizadas, muitas vezes em detrimento de iniciativas que promoviam o debate público e a convivência comunitária (Colejo, 2016).

A produção de uma cidade segregada, no entanto, não ocorreu sem resistências por parte de sua população. As décadas de 1960 e 1970 marcaram o início de um processo de organização popular dos moradores da chamada "cidade informal" (Bonduki, 2018), que começaram a se

movimentar politicamente em busca de condições de vida mais dignas. Esse movimento resultou em um expressivo fluxo de mobilizações, que englobaram não apenas manifestações sindicais e associativas (Bava, 1994; Kowarick, 2000), mas também a atuação da Igreja Católica, especialmente por meio da Teologia da Libertação, que se concretizou nas CEBs e nas pastorais sociais (Sader, 1986; Gohn, 1991). Estas duas últimas instâncias funcionaram como importantes canais para fortalecer a luta contra a espoliação urbana – conceito elaborado por Kowarick (1981), que se refere à inexistência e/ou precariedade de serviços de consumo coletivo próximos às pessoas, considerado um fator "socialmente necessário em relação aos níveis de subsistência e que agudiza ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho" (Kowarick, 1979, p. 59) – essencial para qualificar e ampliar o significado das lutas urbanas.

"Lutas urbanas", por sua vez, podem ser definidas como mobilizações que desafiam aspectos fundamentais da vida nas cidades, abrangendo uma ampla diversidade de pautas (Kowarick, 2000), sendo que, em todas, o adversário comum é o Estado, cujas estruturas governamentais, organizadas em órgãos especializados, frequentemente operam de maneira burocrática para amortecer as reivindicações populares (*ibid.*, 2000). Esse processo de instrumentalização das demandas tende a direcioná-las para atender a interesses políticos, consolidando uma hegemonia que restringe a autonomia e a iniciativa das classes populares. Ao fragmentar e enfraquecer essas reivindicações, as políticas públicas acabam por reforçar o controle estatal sobre a cidade e seus habitantes, perpetuando desigualdades e dificultando transformações estruturais significativas (Kowarick, 2000).

Essas articulações foram vistas por muitos pesquisadores como uma importante novidade para o Brasil (Sader, 1988; Doimo, 1995; Paoli, 1995; Kowarick, 2000), pois introduziram novas formas de organização social e política nos territórios populares. Segundo Bonduki e Kowarick (1994, p. 154), esse período marca o início dos movimentos sociais nos bairros, evidenciando uma dinâmica que transformaria a relação entre a sociedade civil e o poder público.

Nascidos das necessidades mínimas e concretas dos novos loteamentos, estes movimentos surgem em decorrência do padrão periférico de crescimento urbano. Ser proprietário de uma casa na periferia tornou-se uma aspiração que era realizada pela família autoconstrutora, mas a obtenção de serviços e equipamentos básicos dependia de um esforço coletivo que agregasse os moradores dos bairros desprovidos. Dispor de serviços mínimos, que fazem o urbano diferir do rural, passou, então, a ser percebido como direitos básicos de cidadania por parte de moradores das periferias desprovidas, que se aglutinavam e lutavam por benefícios públicos. (Bonduki e Kowarick, 1994, p. 154).

No final da década de 1970, diversas produções acadêmicas, especialmente no campo das Ciências Sociais, passaram a destacar a autonomia e a contestação à ordem estabelecida pelos "novos movimentos sociais". Estes movimentos trouxeram à esfera pública questões antes restritas à vida privada, conferindo visibilidade a temas e sujeitos historicamente silenciados (Sader, 1998). Nesse contexto de transformações históricas, também emergiram

os chamados "novos sujeitos coletivos", compostos pelo "novo sindicalismo", que buscava independência tanto em relação ao Estado quanto aos partidos políticos, e pelos "novos movimentos de bairro", organizados de forma autônoma e reivindicando direitos sem recorrer às práticas clientelistas do passado (Ibid., 1998). Essas mobilizações se caracterizaram, entre outros fatores, por uma nova sociabilidade nas associações comunitárias, sustentada pela solidariedade e pela autoajuda. Como observou Sader (1998, pp. 35-36), "de onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e exigiam novas categorias para sua compreensão".

Segundo Kowarick (2000), por meio de uma "consciência de exclusão", os trabalhadores passaram a se reconhecer, superando o medo de pensar e agir. Assim, de forma ainda embrionária e fragmentada, começaram a formar um campo de resistência (Kowarick, 2000, p. 37). Esse processo gerou um impacto significativo, resultando no surgimento de atos de desobediência civil, greves, passeatas, ocupações de terras e outras manifestações – tanto organizadas quanto espontâneas (Teixeira, Tatagiba e Blikstad, 2015) – que passaram a exercer pressão sobre o Estado para garantir condições mínimas de sobrevivência na cidade (Gohn, 2004).

Em consequência, os novos protagonistas urbanos (Singer e Brant, 1980; Kowarick, 2000) perceberam que, ao se articularem, poderiam se expressar publicamente e construir uma identidade coletiva. Surge, então, o que Lavallo (2003) denomina de "novo associativismo civil". O autor afirma:

(...) associações de caráter local das mais diversas (de moradores, de lazer, culturais e ambientais) [...] constituiu o corpo do "novo associativismo civil" e definiu seus traços principais: **o aumento expressivo das iniciativas de consociação, a introdução de mudanças substanciais na cultura política, já que tais atores não mais se voltariam para sua incorporação no seio do Estado, e sobretudo a constituição de novo padrão de ação coletiva, orientado por critérios não funcionais, ou seja, territoriais, temáticos e plurais** (Lavallo, 2003, p. 100).

Ao examinar as lutas populares recentes, Chauí (2013) identifica duas inovações principais no âmbito das lutas urbanas. No campo político, a prioridade deixou de ser a tomada do poder estatal, passando a focar no direito à organização política e à participação nas decisões, rompendo com a verticalidade típica do poder autoritário. No campo social, as lutas foram além da mera defesa de direitos já estabelecidos, buscando conquistar o direito à cidadania e reafirmar os sujeitos sociais, algo particularmente evidente nos movimentos populares e dos trabalhadores (Chauí, 2013, p. 268). Nesse contexto, a representação, a liberdade e a participação tornaram-se pilares das reivindicações democráticas, ampliando o conceito de cidadania para além do âmbito político-institucional e envolvendo a sociedade como um todo. Gohn (2007) reforça essa perspectiva ao afirmar que:

Não se tratava mais de se ficar de costas para o Estado, mas de participar das políticas, das parcerias etc. Eles [os movimentos sociais] ajudaram a construir outros canais de participação, principalmente os fóruns; e contribuíram para a institucionalização de espaços públicos

importantes, tais como os diferentes conselhos criados nas esferas municipais, estaduais e federais (Gohn, 2007, p. 24).

Por fim, pode-se argumentar que os novos movimentos sociais desempenharam um papel central na politização da vida social, incentivando a participação ativa dos setores populares. Por meio dessa atuação, múltiplas demandas foram reveladas, consolidando a percepção de que esses grupos são agentes capazes de dialogar publicamente e influenciar a sociedade. Esse engajamento resultou em mudanças profundas na mentalidade coletiva, rompendo com a cultura da tutela e do favor, ao mesmo tempo em que difundiu a "consciência do direito a ter direitos".

Além disso, emergiu uma nova sociabilidade, fundamentada em princípios igualitários e democráticos. Como ressalta Souza (2004, pp. 50-51), a cidadania atinge seu ápice quando se constrói uma consciência crítica sobre direitos e deveres, moldada pelo ambiente em que as pessoas vivem e interagem. Nesse sentido, ser cidadão implica romper as barreiras que limitam o acesso à educação, permitindo a reflexão sobre a vida política, econômica, cultural e social, tanto em contextos locais quanto globais. No entanto, mais do que apenas perceber o impacto do que nos cerca, a cidadania exige reação e ação transformadora, como manifestação do impulso interno que gera mudanças.

2. A CIDADE DE SÃO PAULO E A FAVELA DE HELIÓPOLIS: DUAS HISTÓRIAS QUE SE ENTRELAÇAM

A partir das chaves analíticas trabalhadas anteriormente, será feito um breve retrospecto sobre a origem e evolução de Heliópolis, destacando o surgimento de uma nova práxis política entre seus moradores, que culminou na fundação da UNAS. A pesquisa etnográfica que embasa esta seção foi pautada por quatro elementos principais: a) o acesso livre ao campo, sempre aberto a novas investigações relacionadas ao problema de pesquisa; b) a imersão profunda no contexto social, com construção de relações de confiança com interlocutores-chave; c) o uso de métodos qualitativos, como entrevistas semiestruturadas e análise de documentos, incluindo fotografias e registros governamentais; e d) a valorização do contexto como elemento central para a interpretação dos resultados.

Localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo, entre dois dos metros quadrados mais valorizados da região metropolitana – o bairro do Ipiranga e o município de São Caetano do Sul, este último detentor do mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal do país (PNUD, 2013) –, a favela de Heliópolis consolida-se atualmente como a maior favela da capital paulista (PMSP, 2010). A discrepância entre as bases cartográficas oficiais e os mapeamentos comunitários realizados pelos próprios moradores, pautados em critérios históricos, sociais e culturais, revela uma disputa epistemológica sobre o território: enquanto o Censo Demográfico de 2022 estimou uma população de 55.583 habitantes em 29.526

domicílios, distribuídos em 624.214,84 m² (IBGE, 2010; GeoSampa, 2023), o Observatório De Olho na Quebrada apontou para cerca de 200 mil habitantes em uma área de aproximadamente 1 milhão de m² (UNAS, 2023).

Como abordado na introdução, a formação e consolidação de Heliópolis ocorreram em meio a conflitos entre as famílias ocupantes e os grileiros, em um contexto de abandono por parte das instâncias públicas. Nesse cenário, o primeiro ato de resistência contra os abusos dos grileiros aconteceu quando Genésia, esposa de João Miranda, se recusou a pagar o aluguel exorbitante que estava sendo cobrado, incentivando outros moradores a fazerem o mesmo. Sua ação teve grandes repercussões para os grileiros, que nunca imaginaram que alguém se arriscaria a desafiar suas imposições.

Eu lembro como se fosse ontem, de ver Genésia negando a assinar o documento dos 'grilheiro'. Ela falou "olha aqui, eu não vou fazer isso. Não vou sair, e não vou pagar". Aí, eles deram pra gente o prazo de vinte e quatro horas. A partir daí, a gente 'começamo' a ter muito problema, porque realmente eles vieram expulsar, né? E à noite vieram tacar fogo no nosso barraco, comigo e as crianças dentro. **Eu consegui realmente fazer muito barulho, como se tivesse muita gente aqui. Aí no dia seguinte nós conversamos com alguns moradores, pedindo ajuda, mas eles também tinham medo.** [...] lembro de Genésia indo procurar um grupo lá perto do Ipiranga, atrás de ajuda, né? Nessa época, ainda tava muito forte o sumiço de pessoas, de lideranças, né, de sindicalistas aqui em São Paulo. Por causa da ditadura. E todos eles nos aconselharam a sair [de Heliópolis]. Mas a gente não queria sair. E ela falou "olha, eu não quero sair. Que diferença faz morrer aos poucos? Eu prefiro morrer lutando." (João Miranda).

Com o tempo, o comportamento ilícito e violento desses homens fortaleceu a crença na comunidade de que eles, na verdade, não eram os reais donos das terras. Assim, os moradores de Heliópolis começaram a investigar, e descobriram que as terras pertenciam ao IAPAS. Essa busca por informações e a articulação entre os moradores transformaram-se em um ato de resistência, tanto contra os grileiros quanto contra as tentativas de reintegração de posse promovidas pela polícia.

[...] os moradores começaram a pegar uma estaca e falar "aqui é nosso, e nós vamos fazer um barraquinho. Se nós não fazemos, as pessoas [os grileiros e as forças armadas] vão vir e tomar". E se você demarcava a terra, tinha que fazer esse barraco logo, não podia esperar dois, três dias. Porque chegava alguém mais valente que você e queria tomar, né? E você não ia arrumar briga, porque o terreno não é seu. [...] Constantemente a polícia vinha pra cá. Vinham com cavalaria, pra derrubar os barracos. Derrubaram muitos, chegou até a machucar as pessoas. Muita gente ficou sem casa pra morar. Uma vez, chegaram até a dona Lázara, uma companheira de Genésia. Ela tinha ido buscar água na [bica da] Santa Edwiges. Eu escutei aquele barulho todo, aquela bateção. Gente chorando, gritando. No que saio pra fora, vejo derrubarem o barraco dela. Quando ele [o policial] imbicou a maquininha, eu já juntei todas as crianças para longe de lá e me joguei debaixo da maquininha. **Eu falei pra eles: "você passa por cima, porque ninguém aqui tem mais onde morar. Nem parente, nem ninguém. Vocês me matem!"**. (João Miranda).

A resistência se fortaleceu com a criação da Sociedade de Amigos e Moradores, que se tornou o principal ponto de encontro para os moradores, que antes se reuniam nas bicas d'água e

poços. Esse movimento ganhou força ao estabelecer parcerias com a Igreja Católica e movimentos sociais, como a Pastoral da Favela. Essas alianças proporcionaram suporte jurídico, rotas de fuga e abrigo para as lideranças. *"Dom Paulo Evaristo Arns e a Teologia da Libertação foram fundamentais"*, afirma Cleide, lembrando do apoio logístico e jurídico proporcionado pela Igreja. *"A gente rodava panfleto, material de movimento de moradia, tudo lá. A gente tinha uns dois ou três padres comprometidos com o nosso movimento. Eles usavam todos os recursos das doações pra ajudar aqui, e também traziam seus advogados na época, pra questionar toda a estrutura ditatorial que existia"*.

Fotografia 5 (à esquerda): Primeira sede da Sociedade dos Amigos e Moradores da Favela de Heliópolis, em 1981. **Fotografia 6 (à direita):** Mutirão realizado em Heliópolis. À frente da imagem, João Miranda. Ano desconhecido.

Fonte: Acervo UNAS (2024).



Entre 1979 e 1983, a Sociedade se articulou com diferentes esferas de governo para promover melhorias na comunidade. Durante a gestão de Reynaldo de Barros, por exemplo, programas como o Pró-Água e o Pró-Luz foram implementados, mas enfrentaram limitações devido à sobreposição de competências entre os governos federal, estadual e municipal, o que resultou em uma cobertura insuficiente. Com a chegada do governo de Jânio Quadros, a Sociedade, que até então resistia à legalização por considerar que entidades formalizadas eram vistas como "pelegas" e alinhadas ao governo (como relata João Miranda), foi forçada a se institucionalizar. Esse movimento levou à fundação da UNAS, uma condição indispensável para que os moradores de Heliópolis pudessem negociar diretamente com a Prefeitura.



Fotografia 7: Sede da UNAS Heliópolis e Região, em 1991.

Fonte: Acervo UNAS (2024).

Devido à ampliação das atividades e às conquistas materiais, Cleide considera que as mudanças foram positivas, resultando em conquistas tangíveis, como moradia e saneamento, que passou a cobrir todo o território. *"Começamos a implementar projetos, a desenvolver projetos sociais em parceria com o poder público e outras organizações sociais, entendendo que a moradia não era o único direito dos moradores e que a nossa missão era promover o desenvolvimento integral da comunidade".*

No que diz respeito às novas atividades, é crucial destacar que as violências envolvendo crianças e adolescentes eram particularmente intensas nas poucas instituições de ensino de Heliópolis, como relatado por Reginaldo: *"as pessoas perdiam suas vidas nas proximidades da escola devido a brigas e conflitos entre jovens, moradores e forças armadas. A maioria eram jovens pretos"*. Ele descreve ainda que *"matavam as pessoas e jogavam os corpos aqui, em um pequeno morro em frente à escola, parecia um depósito de corpos, e a gente ficava o tempo todo em estado de alerta"*.

O contexto em que as escolas estavam, como a EMEF Campo Sales ou o Gonzaguinha, era reconhecido como um cenário de indisciplina, de brigas constantes, de assassinatos, de invasão das escolas, entre outros desafios, tá ligado? Todo mundo conhecia essa - e as outras escolas que nós tinha - como as escolas dos favelados, dos marginais, dos baderneiros. E a gente precisava decidir o que fazer. Que estratégias a gente adotaria, né, pra transformar essa realidade? (Reginaldo).

Inicialmente, surgiram diversas iniciativas de grupos culturais, juvenis, de dança e teatro, coordenados por Solanje, que promoviam um discurso em defesa da vida e da não-violência. Essas ações deixaram uma marca significativa na formação de jovens que, mesmo vivendo em um contexto de conflito, conseguiram adotar uma abordagem alternativa à violência predominante. Além disso, para prevenir a repetição de episódios de violência extrema, a UNAS passou a oferecer, em parceria com a Prefeitura, apoio socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto, como a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços à Comunidade.

Me perguntam com frequência: se tudo em Heliópolis que deu certo você pudesse indicar pra outro lugar, o que seria? E minha resposta é na lata, sabe? É ter um foco nas crianças e nos adolescentes. Uma favela já tem muita vida, mas ela muda pra melhor quando você vê um coletivo juvenil nela, quando você vê arte, quando você vê pintura, quando você vê criança brincando, correndo. E tudo isso com elas em segurança. Se um lugar é seguro pra uma criança, ele será seguro pra um adulto, né? E a gente pensou nisso quando trouxe essas ações pra cá. [...] Eu adotei muitas crianças. Tenho muitos filhos do coração, sabe? Tenho mais de vinte filhos. E uma das crianças estava em liberdade assistida. Passou dois meses na FEBEM. Lá, eu chamei ela pra fazer uma peça comigo, e ela escolheu o livro "Queda Para o Alto", que falava justamente de uma garota na FEBEM, né. A peça tinha a ver com a realidade desses jovens, com a conquista do espaço na sociedade. Eles já têm consciência de que precisam trabalhar a voz, a interpretação, enfim, que precisam aprender muito para levar o teatro adiante. Ações assim

combatem a violência. Mas não só. Toda violência que acontece dentro de uma escola, acontece fora dela. Não tem como querer melhorar uma escola se você não melhora o entorno. (Solanje).

Em consonância com a última fala de Solanje, a "arquitetura social" do bairro foi repensada, com o objetivo de embelezar e recuperar os espaços deteriorados da favela, iniciando pelas ruas e praças próximas à sede da UNAS. Nos muros, começaram a ser instalados grandes painéis de grafite, elaborados com a participação ativa dos moradores, especialmente das crianças. O envolvimento da comunidade gerou frutos e, mesmo após anos, os mosaicos e as pinturas ainda permanecem visíveis nos muros e equipamentos públicos da região. Graças a essa colaboração, é impossível percorrer Heliópolis sem notar as diversas intervenções artísticas, que transformaram o bairro em um verdadeiro caleidoscópio urbano.

Fotografias 7 e 8: Oficinas de grafite em Heliópolis, com Tiago 8ou80 (*in memoriam*)



Fonte: a autora.



Uma terceira frente de ação foi estabelecida por meio da adoção de cinco princípios "suladeadores"⁷, que orientam o trabalho da UNAS e de todos os serviços por ela geridos. Esses princípios, adotados em 1995 por Braz, então diretor da EMEF Campos Salles, uma das poucas escolas da região na época, foram sintetizados da seguinte forma: **a)** tudo passa pela educação; **b)** a atuação das escolas e dos projetos de território deve ter como objetivo criar espaços de liderança; **c)** autonomia; **d)** responsabilidade; e **e)** solidariedade. Nesse contexto, Braz e sua equipe pedagógica buscaram estratégias para integrar a escola, as famílias dos estudantes e os moradores locais. Isso envolveu mudanças tanto na infraestrutura física das instituições de ensino quanto na abordagem curricular, com a proposta de uma coordenação conjunta e parcerias com outros profissionais da escola, visando aproximar os alunos e a comunidade. Reginaldo afirma:

Lembro até hoje do Braz dizendo que todos nós - a escola, os moradores, todos - ia coordenar a escola, né. Se não fosse assim, se a gente não trabalhar para que todos tenham acesso à educação, nós não fazemos nada. Nós ia ficar como bombeiros, fingindo que está solucionando problemas que a gente não consegue solucionar. E aí ele começou a fazer reuniões toda semana para formar a equipe que cuidaria da escola. "Ó, vocês vão zelar pela escola, e pelo bairro todo", ele disse. Ao mesmo tempo, ele se aproximava de todos os alunos, de todos da comunidade. (Reginaldo).

O engajamento dos pais e das lideranças foi impulsionado pela articulação entre a escola e a comunidade, por meio da criação de diversas frentes de trabalho. O curso "Educação e Cidadania", por exemplo, concretizou o desejo da equipe técnica de oferecer formação para os pais, uma iniciativa que também foi acolhida pelos moradores como uma oportunidade de entender melhor a vida escolar. Esse curso se tornou o ponto de partida para a construção de uma experiência de vivência plena da cidadania, vista como uma responsabilidade da escola pública, conforme os conteúdos abordados. Reginaldo, um dos participantes, lembra: *"Nesse curso, a escola era mostrada por dentro com todas as suas contradições, tá ligado? A gente falava de linhas pedagógicas, de verba, de direitos dos professores, de limpeza, de cultura, de esporte, de lazer, de direitos dos alunos, da comunidade etc."*

Gradualmente, as mudanças começaram a acontecer, e a "escola dos favelados, marginais e baderneiros" passou a ser chamada, em 1999, de "escola da comunidade". No entanto, esse ano também ficou marcado por um trágico incidente que alterou drasticamente a vida dos alunos da EMEF e dos moradores. *"Este incidente envolveu a morte de uma adolescente de 16 anos, Leonarda, que estava matriculada no curso de suplência. Cheia de vida, essa jovem teve sua jornada interrompida, vítima de feminicídio, após sair da escola"*, recorda Cleide.

Após o crime, Braz procurou a UNAS e convidou seus membros para se unirem ao desejo de realizar uma Caminhada pela Paz. As primeiras pessoas com quem o diretor se aproximou foram João Miranda, presidente da UNAS na época, e Genésia, que havia se tornado educadora de um Centro para Crianças e Adolescentes. João Miranda narra o acontecido:

Braz chegou em mim e disse: a questão é a seguinte, João, nós estamos há muito tempo discutindo a questão da violência e a gente não consegue se decidir por nenhuma ação. Infelizmente, Leonarda foi assassinada, e agora nós podemos nos transformar em leões e mostrar que nós não aceitamos esse tipo de tratamento ao ser humano. Aí ele olhou pra mim, e falou, sem rodeio. "Vocês ajudam a organizar uma caminhada pela paz pelas ruas e vielas de Heliópolis? [...] E eu falei, né, "ô, Braz, meu irmão, meu amigo! Se a escola está, nós já estamos, porque pra nós, nós somos já a mesma coisa". Nunca vou esquecer disso. Naquele momento a gente tinha perdido uma menina, e o principal problema era a violência mesmo. (João Miranda).

Durante três meses, os moradores de Heliópolis se uniram para planejar e coordenar a primeira Caminhada Pela Paz, com o lema "Queremos Paz! Violência Nunca Mais". Esse movimento, que teve início com a mobilização local, cresceu significativamente, atraindo a adesão não apenas dos moradores, mas também de outras instituições educacionais da região. Atualmente, essas instituições compartilham um calendário integrado de debates e eventos voltados para a ocupação das ruas e espaços públicos. Entre os eventos realizados estão o Festival Helipa Music, os Seminários de Heliópolis para um Bairro Educador, o Foliópolis, a Semana de Direitos Humanos e os Encontros Anuais da instituição. O propósito de todos esses momentos é "fortalecer políticas públicas" e "garantir que todos conheçam os seus direitos" (Reginaldo). Na sua vigésima quinta edição, a Caminhada Pela Paz contou com a participação de mais de quinze mil pessoas.

Eu fico muito feliz por tornar essa Caminhada uma prática de Heliópolis, que demonstram tanto amor, tanta vontade de mudar o mundo. Eu morreria feliz se eu visse em toda a São Paulo cheio de marchas assim. Paulo Freire diz, né? “Marchas são caminhadas históricas pelo mundo”. Queremos isso aqui. [...] Nós nos inspiramos no significado da palavra Heliópolis para adotar o girassol como símbolo da nossa luta. Porque é uma flor que se vira em direção ao sol, e é isso que nós fazemos com as políticas públicas por aqui: se elas não estão presentes, lutamos e vamos em busca dos nossos direitos! (Cleide).

Fotografias 9 e 10: Caminhada Pela Paz de Heliópolis

Fonte: a autora.



A ocupação das ruas esteve ligada a uma outra forma de luta vivenciada em Heliópolis, que combina ativismo social e institucional, mas se distingue das experiências na área da saúde discutidas anteriormente, sendo encontrada no campo da comunicação popular. Em 1992, a UNAS montou um sistema rudimentar de cornetas em treze pontos estratégicos da favela, permitindo que a associação de moradores se comunicasse com a comunidade. Até então, as lideranças comunitárias batiam de porta em porta para convidar os moradores a participar das reuniões sobre mutirões, distribuição de cestas básicas e outras demandas da comunidade. Com a instalação das "rádios corneta", como ficaram popularmente conhecidas, as chamadas para os eventos da comunidade — incluindo as futuras Caminhadas — passaram a ser feitas por esse novo meio de comunicação. Reginaldo relata: *"Todo mundo ouvia a rádio, falava, comunicava: olha, tem reunião no Núcleo do Imperador. Está tendo reunião no Núcleo do PAM, na Rua da Mina, tal horário"*.

A programação da rádio, composta por três horas diárias, das 9h às 12h, consistia na transmissão de informes, seleções musicais e, ocasionalmente, na divulgação de notícias urgentes, como relatos de extravio de documentos, pessoas desaparecidas ou de esgotos a céu aberto. Durante esse período, os custos associados à manutenção da rádio eram elevados, considerando a falta de recursos da entidade, o que resultava em acesso limitado aos horários de programação. Esse foi o caso de Reginaldo, cuja presença gradualmente ganhou grande repercussão dentro da comunidade ao longo dos meses. Naquela época, a coordenação da rádio convocou o grupo para uma reunião, que mudou a forma como a comunicação acontecia no território.

[...] A coordenação da rádio daquela época era a Gerohana, e ela chamou e pediu uma reunião com a gente. [...] Daí ela falou assim: "A gente quer rever o programa de vocês. Porque vocês estão fazendo um programa comercial. E aqui vocês estão numa rádio comunitária. Então pra vocês chegarem e passar música e blá, blá, blá, e passar música e oferecer música, tudo isso as outras rádios já faz. Vocês têm que passar a informação da comunidade". E aí ela falou uma frase que me chamou a atenção logo de cara. "Agora vocês não são mais DJs só. Vocês são lideranças, vocês são referências. Vocês estão à frente de um microfone. Têm que ficar antenado com o que tá acontecendo na comunidade". E foi aí que eu percebi a responsabilidade que tava na minha mão, de tá à frente de um programa de rádio, representando uma das maiores comunidade de São Paulo, sabe? Representando um programa que era de cultura negra, né, hip-hop, que naquela época era muito perseguido, né? Então era música de bandido, música de marginal. E a gente queria mostrar um outro lado, né? Então hip-hop com cultura, sabe? Hip-hop com resistência. Só que a gente não tava fazendo isso na prática, e aí quando ela falou isso eu fui percebendo a responsabilidade que tava na mão, porque as pessoas começaram a parar a gente na rua.

Por fim – mas não a ponto de exaurir as experiências da UNAS – Heliópolis vivenciou avanços significativos em moradia e infraestrutura urbana, marcados por um modelo participativo que envolveu os movimentos sociais e a comunidade no planejamento e execução das políticas públicas. A ampliação de programas como mutirões habitacionais, a construção de equipamentos públicos e as parcerias com a organização fortaleceram a autonomia da comunidade e garantiram direitos básicos, como habitação e educação. Nesse período, iniciativas como o Movimento de Alfabetização de São Paulo (MOVA) e a escolha comunitária dos nomes das ruas consolidaram a identidade local e destacaram a integração entre governo e sociedade civil na luta pela cidadania. Nos anos 2000, houve uma ampliação das parcerias e convênios para a prestação de serviços em Heliópolis. A região recebeu seu primeiro Centro de Educação Infantil em 2001, e a gestão de diversos equipamentos foi assumida pela comunidade ao longo da década, incluindo pontos de cultura, uma biblioteca comunitária e Centros para Criança e Adolescente. A mobilização social permaneceu ativa, com representantes eleitos para conselhos municipais e a criação de novos movimentos, como o Movimento de Mulheres, o Movimento Negro, o "Grito da Diversidade" (LGBTQI+), o "Fala Jovem" (juventude), entre outros, voltados à luta por direitos e ao fortalecimento da cidadania.

Em todos os nossos projetos, é super importante que a educação e a cultura estejam presentes em tudo que a gente faz. E que as crianças sejam o centro desses projetos e dessas políticas. E a gente devia avaliar alguns dos resultados olhando pela lente da educação e da cultura. [...] Em nenhum lugar onde a gente trabalhe devia ter gente que não sabe ler ou escrever, por exemplo, e isso é algo bem possível de resolver, a gente sabe que é. [...] Em todos os lugares que ocupamos, onde a gente atua, a gente devia conseguir ver os resultados não só materiais, mas também na construção de valores novos, né? Menos preconceito racial e de gênero, hábitos de vida mais saudáveis, participação política, capacidade de negociar, respeito pelas diferenças e por todas as formas de diversidade, e por aí vai. (Cleide).

2.1. A UNAS HOJE, SEUS DESAFIOS E LIÇÕES APRENDIDAS

A relação da UNAS com o poder público passou por transformações a partir dos anos 2000. Segundo Cleide, "[...] *a conjuntura mudou, e a organização passou a adotar uma abordagem mais voltada para o lobby, visando influenciar as decisões políticas e governamentais por meio da negociação direta com as autoridades*". Essa mudança resultou da compreensão de que os agentes políticos são fundamentais para promover transformações e que, quando decidem por agir, o confronto ou o acordo com o Estado se torna praticamente inevitável. Refletindo sobre mais de trinta anos de atuação na UNAS e na gestão de equipamentos e serviços públicos, Cleide afirma:

É preciso uma vontade política máxima para que tudo o que fazemos dê certo. Acho que os esforços e projetos da sociedade civil, seja através de organizações comunitárias, ONGs, universidades ou fundações, não conseguem avançar sozinhos para alcançar os resultados que querem. Prefeitos, governadores e todo o governo federal precisam colar junto, e precisam encarar as políticas em favelas como uma prioridade política, tanto em termos de princípios quanto de programas. Pra além disso, a gente precisa de orçamento. A gente precisa ser prioridade. (Cleide).

Na perspectiva de João Miranda, alinhando-se ao pensamento de Cleide, é essencial que a população se organize e tenha controle sobre seus recursos, pois isso não apenas confere dignidade, mas também é indispensável para uma atuação política efetiva. Ele enfatiza que a autonomia econômica é um pilar fundamental para a liberdade, argumentando que não pode haver verdadeira emancipação sem independência financeira. Para isso, ele defende a importância de "*continuar sempre estudando, desenvolver habilidades e ter projetos com objetivos claros*".

João aponta que o papel do Estado deve ser o de regulador das políticas públicas, mas de maneira democratizada, permitindo que a sociedade participe ativamente por meio de instrumentos, como os conselhos e conferências. Além disso, ele destaca a necessidade de a própria comunidade gerir os recursos públicos de forma eficaz, assegurando que o dinheiro retorne diretamente à população. Nesse contexto, ele argumenta que "*administrar uma creche conveniada não significa simplesmente assumir um papel que deveria ser do Estado, mas recuperar recursos pertencentes à comunidade e promover uma gestão democrática da educação*".

Acho que ter visto resultados em cada momento, vitórias rápidas, fez com que a gente não perdesse o fôlego, né. As coisas que pensamos em médio e longo prazo, os projetos, as lutas, exigem que a gente tenha resultados de curto prazo também, né? Pois são esses que vão gerar confiança nas pessoas, são esses que fazem elas se engajarem mais. E são esses que se convertem em uma linha do tempo dos nossos avanços. É isso, junto com uma alta participação da comunidade no desenho de tudo, na execução de tudo, na fiscalização de tudo, que a gente conquista tudo. (João Miranda).

Reginaldo ressalta a importância de a UNAS buscar autonomia e construir uma independência progressiva, evitando uma relação de dependência permanente com o poder público. Ele afirma: "*é raro um movimento social ter mais poder que o próprio poder público, pois mesmo*

quando ele faz ocupações para contestar uma gestão, muitas vezes acaba perdendo o apoio da sua própria base. Mas ele pode tentar sempre cada vez mais incidir no território".

Atualmente, a associação conta com cerca de 500 funcionários CLT, tirando os MEI, tá ligado? Mas não possui patrimônio próprio, uma lacuna que tamos buscando preencher, tá ligado? Isso significa desenvolver projetos que garantam a sustentabilidade financeira da entidade, né. É importante observar que o governo muitas vezes busca terceirizar serviços em vez de promover a organização do movimento social, né, o que gera conflito nessa relação, né. [...] Outra forma de subsistência para os movimentos é através do apoio de parlamentares, tá ligado, mas isso pode comprometer a autonomia do movimento, pois a discussão política pode ser substituída pelos interesses individuais do parlamentar. A menos que haja uma coincidência entre os objetivos do movimento e o mandato político do parlamentar, a maioria acaba sendo manipulada. (Reginaldo).

Solanje afirma, por fim, que vivemos em uma realidade onde *"cada rua de uma favela precisa ser evidência da presença estatal, não com polícia ou exército, mas com a educação e a cultura sendo a base e o fundamento de todos os projetos"*. Para que esse ideal se concretize, é fundamental compreender, valorizar e fortalecer as iniciativas e os recursos já existentes nos bairros. Diversas organizações comunitárias e sociais, assim como grupos informais e líderes individuais, como a própria UNAS, desempenham um papel crucial nesse processo, frequentemente sem apoio ou intervenção direta do Estado. Em muitos casos, essas iniciativas se desenvolvem apesar da atuação estatal ou até mesmo em oposição a ela. Esse contexto evidencia a importância de reconhecer e valorizar as ações locais como elementos indispensáveis na busca por melhorias e transformações nas comunidades, independentemente do grau de envolvimento do poder público.

Para alcançarmos grandes transformações sociais, é essencial compreender as três dimensões das favelas: a física, a social e a humana. Essa compreensão é a nossa base para ter resultado, né? E tudo acontece muito lento. E a gente precisa de paciência no planejamento quando a gente for criar proximidade e confiança com as pessoas, quando a gente for entender as dinâmicas locais [...]. A gente pressionar uma comunidade, uma mobilização popular por resultados rápidos, é como tentar cozinhar uma refeição rápida. Provavelmente sairá cru. Acho que é importante também agir sempre com delicadeza e ternura ao lidar com os problemas. [...] Acho que a gente precisa passar tudo isso pra frente, não pode ficar só aqui, só em Heliópolis. A mudança não vai ser com um ou dois, ela vai se dar com muitos! Precisamos de alguém, de jovens, que continuem com tudo que conquistamos. Vai chegar um dia que nós não vamos estar aqui, mas alguém terá que ficar. A solidariedade precisa ser constantemente formada, é isso o que dá corpo à luta. (Solanje).

Com base nas narrativas coletadas neste estudo, observa-se que todos os entrevistados, em diferentes graus, reconhecem Heliópolis como um espaço de constante aprendizado e experimentação. Cada conquista na comunidade foi descrita como parte de um "laboratório", onde, conforme destacou Reginaldo, *"se aprende todo dia, e se aprende porque se treina. E boa parte fracassa, mas cada um dos fracassos gera muito conhecimento, que precisa ser compartilhado"*. **Nesse sentido, interpreta-se que o movimento comunitário adota uma abordagem que enxerga as políticas públicas – especialmente aquelas voltadas à garantia**

do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer – como produtos de processos ideacionais, experimentais e relacionais. Tais processos emergem e se desenvolvem a partir das práticas dos atores sociais que, desde sua chegada ao território, buscaram se mobilizar coletivamente.

A análise do caso revela que as experiências dos quatro protagonistas estudados geraram não apenas conhecimentos técnicos sobre a viabilidade e pertinência de determinadas políticas urbanas, mas também recursos e conexões estratégicas para interpretar contextos, negociar, coordenar ações, articular projetos, defender e implementar ideias específicas. Isso evidencia que a formulação de políticas públicas possui uma dimensão relacional intrínseca, em que seus resultados são moldados pelas interações entre atores políticos e sociais em contextos institucionais e conjunturais específicos.

Por fim, a reflexão de maior destaque deste estudo está relacionada à capacidade dos movimentos sociais de promover a organização coletiva de atores sociais frequentemente marginalizados, permitindo que suas vozes sejam incorporadas aos processos de tomada de decisão. Ao introduzirem interesses e perspectivas até então excluídos dos subsistemas decisórios, os movimentos sociais desencadeiam uma série de interações de caráter confrontacional. Esses conflitos, no entanto, transcendem disputas isoladas por interesses ou demandas específicas, articulando-se com questões mais amplas sobre a organização da vida em sociedade. No caso específico aqui analisado, esses embates refletem disputas fundamentais sobre a organização e o planejamento da cidade de São Paulo e, em particular, sobre a maior favela inserida em seu território, Heliópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisa como a mobilização popular em Heliópolis, concretizada na criação da União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região, contribuiu para o amadurecimento socioeconômico e político dos moradores e para a promoção do direito à cidade em um contexto de urbanização excludente. A partir de entrevistas, análises documentais e materiais históricos, a pesquisa examina os processos históricos e culturais que estruturaram a ocupação do território, a resistência contra grileiros e remoções forçadas, e a luta por reconhecimento e direitos.

Os relatos dos entrevistados evidenciam três pontos principais. Primeiramente, destacam os desafios urbanos enfrentados pela comunidade, como a falta de regularização fundiária e de serviços básicos, refletindo a exclusão socioespacial estrutural. Em segundo lugar, apontam a ocupação irregular do solo como um dos pilares da “desordem urbana” local, agravada pela escassez de políticas habitacionais. Por fim, ressaltam o protagonismo das lideranças

comunitárias e sua articulação com outros atores sociais, como ONGs, igrejas, sindicatos e conselhos participativos, que possibilitaram transformações significativas no território.

A UNAS desempenhou um papel central ao propor soluções integradas e criar uma rede de capacitação comunitária. Suas ações fortaleceram o entendimento político dos moradores, incentivando sua participação em processos decisórios, como os conselhos de saúde e educação. Além disso, iniciativas culturais, como a Rádio Heliópolis, e programas voltados à educação e cidadania consolidaram o senso de pertencimento e reforçaram a luta pelo direito à cidade.

A pesquisa também analisou como essas mobilizações transformaram a percepção dos moradores sobre cidadania e política, promovendo um amadurecimento coletivo. As entrevistas revelam que muitos líderes comunitários passaram a enxergar a atividade política como parte essencial de suas vidas cotidianas e do fortalecimento da comunidade. Exemplos como a criação de equipamentos públicos, os mutirões habitacionais e os projetos culturais demonstram que a luta por moradia esteve integrada a uma visão ampla de desenvolvimento urbano, englobando saúde, educação, cultura e infraestrutura.

Apesar das conquistas, os entrevistados reconhecem que a luta por direitos em Heliópolis ainda enfrenta desafios, como a pressão imobiliária e a crescente inserção do circuito formal no território. A verticalização e a especulação imobiliária impõem novos dilemas à comunidade, enquanto a continuidade de políticas públicas favoráveis depende de articulações políticas em diferentes esferas.

Este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas urbanas e sociais em territórios populares, evidenciando o papel da mobilização comunitária na transformação do espaço urbano em um ambiente de equidade e dignidade. Reconhecemos limitações, como a falta de uniformidade nos dados socioeconômicos e espaciais disponíveis, mas esperamos que este trabalho inspire novas investigações sobre o protagonismo das periferias na construção do direito à cidade e na formulação de paradigmas de justiça social.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. C.; MESQUITA, D. L.; SALA, L.; SANTIS, M. **Onde antes só havia chão: a História como possibilidade no Bairro Educador, Heliópolis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Synergia, 2022. v. 1. 130 p.

AVRITZER, L. **Orçamento Participativo: as experiências de Porto Alegre e Belo Horizonte**. In: DAGNINO, E. (ed.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BAVA, S. **As ONGs e as políticas públicas na construção do Estado democrático**. RSP, Brasília, ENAP, ano 45, v.118, n.3, p.97-100, 1994.

BONDUKI, N. G. e ROSSETTO, R. A **reforma urbana no Plano Diretor Estratégico de São Paulo de 2002 e 2014**. A luta pela reforma urbana no Brasil: do seminário de habitação

BONDUKI, N. G. **Origens da habitação social no Brasil: o caso de São Paulo**. 1994. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo. 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.16.1995.tde-17052022-100206>. Acesso em: 20 set. 2023.

BONDUKI, N. G.; ROLNIK, R. **Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho**. In.: MARICATO, Ermínia (org). A Produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. 2. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 117-154.

BRUM, M. S. **Encontro marcado: a favela como objeto da pesquisa histórica**. In: MELLO, M. et al (Orgs.). Favelas cariocas ontem e hoje. Rio de Janeiro: Garamond, 2013, p. 101-121.

BRUM, M. S. **Opção pelos Pobres: A Pastoral de Favelas e a reorganização do movimento de favelas no Rio de Janeiro na Redemocratização**. Revista Estudos Históricos. FGV CPDOC. v. 31 n. 65 (2018): Associativismo e movimentos sociais. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/75058>. Acesso em: 21 jan. 2024.

BRUM, M. S. **“O povo acredita na gente”: Rupturas e continuidades no movimento comunitário das favelas cariocas nas décadas de 1980 e 1990**. Dissertação de Mestrado em História Social Niterói: PPGH/UFF, 2006.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2011.

CALDEIRA, T. **Enclaves fortificados: a nova segregação urbana**. Novos Estudos. CEBRAP, São Paulo, n. 47, p. 179-192, mar. 1997.

CHAUÍ, M. S. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo. 6ª ed. São. Paulo: Brasiliense, [1986 (1994)].

DAGNINO, E. 2004. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando**. In: BENESSAIEH, Afef; MATO, Daniel (eds.) Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización. Caracas: FaCES, Universidad Central de Venezuela.

DENALDI, R. **Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses**. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-24102022-113354/pt-br.php>. Acesso em: 23 mai. 2023.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DOIMO, A. M.; RODRIGUES, M. M. A. **A formulação da nova política de saúde no Brasil em tempos de democratização: entre uma conduta estatista e uma concepção societal de atuação política**. Anais do VIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, pp. 28–31, out. 2003.

GOHN, M. G. 1997. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola.

MAGNANI, J. G. C. (1992). **Da periferia ao centro: pedaços & trajetos**. Revista De Antropologia, 35, 191-203. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1992.111360>

HOUTZAGER, P.; GURZA LAVALLE, A.; ACHARYA, A. **Atores da Sociedade Civil e Atores Políticos-Participação nas Novas Políticas Democráticas em São Paulo**. In: AVRITZER, Leonardo (ed). Participação política em São Paulo. São Paulo: Unesp.

LAVALLE, A. G. **Após a participação: nota introdutória**. Lua Nova, n. 84, p. 13-23, 2011.

LAVALLE, A. G. (2003). **Cidadania, igualdade e diferença**. Lua Nova, 59, 75-93.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. **A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability**. Lua Nova, n. 84, p. 95-139, 2011

MARICATO, E. **A produção capitalista da cada (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa Ômega, 1979.

MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. In: SADER, E. (Org.). Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/CLACSO/Laboratório de Políticas Públicas, 2000. pp. 105-165. (Coleção A Outra Margem).

OLIVEIRA, F. **Economia brasileira: crítica à razão dualista**. Cadernos Cebrap n. 2, out. [1971 (1972)], pp. 3-82.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. São Caetano do Sul: município com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

RIBEIRO, L. C. Q.; RODRIGUES, J. M. (2021). **Metrópoles e a crise urbana na pandemia: tendências e desafios**. Textos para Discussão: n. 78. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/> Acesso em: 3 jan 2024.

SAMPAIO, M. R. A. **Heliópolis, o percurso de uma invasão**. Livre docência (Tese). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1990.

SÃO PAULO (Município). GeoSampa: **Sistema de Informação Territorial do Município de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

SINGER, P. **Dinâmica Populacional e Desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, 1970.

STEVANATO, L. R. **Representações sociais e injustiça ambiental: o gerenciamento de riscos no Conjunto Heliópolis-Gleba L-SP**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.106.2020.tde-08092020-144140. Acesso em: 2024-02-27.

ROLNIK, R. **São Paulo: o planejamento da desigualdade**. São Paulo: Fósforo, [2021 (2022)].

TASCHNER, S. P. **Política habitacional no Brasil: retrospectivas e perspectivas**. São Paulo: FAU/USP. 1997.

TEIXEIRA, A. C. C.; TATAGIBA, L.; BLIKSTAD, K. **Movimentos sociais na implementação de programas federais: reflexões a partir do MCMV-E**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, GT POLÍTICAS PÚBLICAS, 39., 2015, Caxambu, Minas Gerais. Anais... Caxambu: Anpocs, 2015.

TRINDADE, T. A.; PAVAN, Í. T. **Segregação urbana e a dimensão socioespacial da divisão sexual do trabalho**. Revista Brasileira De Ciências Sociais. 37 n° 110. 2022

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001.

VILLACA, F. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global. Acesso em: 21 jan. 2024, 1986.

VILLAÇA, F. **Reflexões sobre as cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Studio Nobel, 2012.

VAINER, C.. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano**. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (Org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes: 2013. p. 75-104.

¹ Este artigo baseia-se no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado "*Da Luta pelo Solo Urbano à Luta pelo Direito à Cidade: A Formação de Heliópolis e da UNAS Heliópolis e Região em Perspectiva Histórica*". O TCC foi apresentado ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC como requisito parcial para a obtenção, pela autora, do título de Bacharel em Políticas Públicas.

² As quatro entrevistas semiestruturadas com lideranças comunitárias de Heliópolis foram realizadas entre os meses de novembro de 2023 e janeiro de 2024, com autorização para gravação e uso do conteúdo para pesquisa. As pessoas selecionadas prontamente concordaram em conceder entrevistas, e não manifestaram objeção quanto à divulgação de seus nomes.

³ Entrevista concedida por Miranda, João. Entrevista I. Entrevistador: Sabrina Oliveira Santos. São Paulo, 2023.

⁴ Entrevista concedida por Cleide, Antonia. Entrevista II. Entrevistador: Sabrina Oliveira Santos. São Paulo, 2024.

⁵ Entrevista concedida por Agda, Solanje. Entrevista III. Entrevistador: Sabrina Oliveira Santos. São Paulo, 2024.

⁶ Entrevista concedida por Gonçalves, Reginaldo José. Entrevista IV. Entrevistador: Sabrina Oliveira Santos. São Paulo, 2024.

⁷ A partir da arte construtivista de Torres García, que defendia a frase "nuestro norte es el sur", a organização passou a adotá-la como um marco para repensar seus princípios.